

Breves reflexões acerca do processo de feminização do magistério no Brasil: do Império à primeira República**Brief Reflections on the Process of the Feminization of Teaching in Brazil: From the Empire to the First Republic**João Vitor Santos Silva¹Edilaine Aparecida da Silva Florêncio²Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira³

69

Resumo: O presente trabalho aborda a temática da feminização do magistério no Brasil contextualizado entre o Império e a primeira República e o interesse em aprofundar as reflexões emergiu em uma disciplina do mestrado profissional em Educação Básica, na UFU/Campus Pontal. Enquanto problemática diretriz da pesquisa elegemos: como se configurou historicamente a feminização do magistério e de que modo esse processo se relacionou com a expansão das escolas normais no Brasil? Por isso, alguns objetivos foram traçados e o primeiro deles, historicizar o processo de feminização do magistério no Brasil e sua articulação com a expansão das escolas normais. Já os específicos: contextualizar a feminização do magistério nesse recorte histórico; apresentar o percurso da formação de professores no Brasil; e discutir a ampliação das escolas normais nesse período. Nesse sentido, alguns autores foram essenciais para realização deste trabalho, sendo eles: Saviani(2009), Tanuri(2000), Ribeiro(2015), Soares(2007), Martins(2009), entre outros. A metodologia que utilizamos para a realização deste trabalho foi de abordagem qualitativa e o procedimento metodológico de levantamento bibliográfico, realizado na Capes periódicos, no qual possível problematizar seis (6) artigos que se aproximaram da temática. Diante disso, podemos destacar breves resultados, de que a feminização do magistério no Brasil foi algo que aconteceu na intenção de se expandir um ideal político, social e econômico, sobretudo, contribuiu de forma significativa para dar possibilidade das mulheres ingressarem no mercado de trabalho.

Palavras-chave: História da Educação. Feminização do Magistério. Escolas Normais.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica – PPGPEDU da Universidade Federal de Uberlândia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3139-8704>. E-mail: vitorconfessor27@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica – PPGPEDU da Universidade Federal de Uberlândia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3959-5932>. E-mail: edilaineflorenciopedagoufu@gmail.com.

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7292-4307>. E-mail: lucia.medeiros@ufu.br

Recebido em 02/09/2025

Aprovado em: 16/10/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Abstract: This study addresses the theme of the feminization of teaching in Brazil, contextualized between the Empire and the First Republic. The interest in deepening this reflection emerged from a course in the Professional Master's Program in Basic Education at UFU/Campus Pontal. As the guiding research problem, we selected the following question: how did the feminization of teaching historically take shape, and in what way was this process related to the expansion of normal schools in Brazil? To that end, some objectives were established — the main one being to historicize the process of feminization of teaching in Brazil and its articulation with the expansion of normal schools. The specific objectives were: to contextualize the feminization of teaching within this historical framework; to present the trajectory of teacher education in Brazil; and to discuss the growth of normal schools during this period. In this regard, some authors were essential to the development of this work, such as Saviani (2009), Tanuri (2000), Ribeiro (2015), Soares (2007), Martins (2009), among others. The methodology adopted was qualitative in nature, with a bibliographical research approach conducted through the CAPES journals database, where six (6) articles related to the topic were analyzed. The results highlight that the feminization of teaching in Brazil occurred as part of a political, social, and economic project, and, above all, significantly contributed to enabling women's entry into the labor market.

Keywords: History of Education. Feminization of Teaching. Normal Schools.

1 Introdução

Trata-se de um estudo historiográfico a respeito da feminização do magistério no Brasil e insere-se no campo de estudos da História da Educação Brasileira. O texto pretende contribuir com as discussões propostas neste e-book, cuja finalidade é apresentar discussões que se articulam e explicam possíveis tensões, nexos, disputas políticas, ao longo dos séculos XIX e XX, e que, amoldaram o projeto de nação referente a esse período. Nesse sentido, olhar fecundamente para os projetos educacionais como instrumentos eminentes no processo da escolarização brasileira nos permite compreender as permanências e as discontinuidades no processo histórico de formação da sociedade brasileira.

Para tanto, delimitamos enquanto problema desta pesquisa o seguinte questionamento: como se configurou historicamente a feminização do magistério e de que modo esse processo se relacionou com a expansão das escolas normais no Brasil? Por isso, alguns objetivos foram traçados e o primeiro deles, historicizar o processo de feminização do magistério no Brasil e sua articulação com a expansão das escolas normais. Já os específicos: contextualizar a feminização do magistério nesse recorte histórico; apresentar o percurso da formação de professores no Brasil; e discutir a ampliação das escolas normais nesse período.

Nesse movimento, elegemos alguns registros a respeito do processo histórico da feminização docente em nosso país, levando em consideração as publicações e autores que se

dedicaram e dedicam às pesquisas dessa natureza, Saviani (2009), Tanuri (2000), Ribeiro(2015), Soares(2007), Martins(2009), entre outros. Nesse sentido, a curiosidade epistemológica que nos moveu retomar essas produções poderá contribuir para ampliar nosso entendimento sobre o tema e, quiçá, elaborar outras discussões a respeito do tema, por isso, nosso objetivo maior, é estender a reflexão sobre o que os autores trazem, em uma leitura atenta e movimentada no sentido de realizar críticas acerca do percurso histórico da feminização das escolas normais.

Para tanto, utilizamos enquanto metodologia a abordagem qualitativa e o procedimento metodológico de levantamento bibliográfico, realizado no Capes periódicos, onde foi possível trazer para este trabalho 6 artigos que se aproximam da temática, o período escolhido foi de 2005 a 2025 e justifica-se este momento devido o aumento de pesquisas realizadas neste recorte.

Sendo assim, o trabalho foi organizado da seguinte forma: Do Império à República: o contexto da feminização do magistério no Brasil; A formação de professores no Brasil; A expansão das escolas normais no Brasil; As escolas normais no Brasil: análise das publicações na base dados Capes (2005-2025); e por fim, Considerações Finais.

2 O Do Império à República: o contexto da feminização do magistério no Brasil

De acordo com a historiografia, percebe-se que, no final do século XIX e início do século XX no Brasil, passamos por um momento de grandes e significativas tensões dentro dos setores políticos, sociais e econômicos. O fim do Império e a proclamação da República no ano de 1889, trouxeram marcas profundas para o novo período na história do país e, nesse cenário, a educação destacou-se como instrumento necessário para a conformação do projeto de nação que estava em disputa, uma nação laica, livre e moderna em detrimento de uma visão conservadora e oligárquica de sociedade.

Neste sentido, a feminização do magistério tornou-se um episódio relevante porque compôs um arcabouço potente de intenções, um conjunto de diretrizes e finalidades que contribuíram para as transformações sociais, políticas e culturais que marcaram o período de consolidação da República e das reformas educacionais voltadas para a difusão da escola primária. Importante retomar que em 1889 com a Proclamação da República, chega ao fim no Brasil, o Império, período em que o país foi governado por uma monarquia constitucional, obedecendo a uma hierarquia na qual o imperador ocupava o topo, a economia era baseada na agricultura, trabalhando na produção de café e de açúcar, o que era de extrema importância para a economia do país. Neste momento, houve a abertura de espaço na República que trazia consigo um novo projeto de nação.

Importante salientarmos que essa transição foi sublinhada por intensos conflitos políticos, sociais e culturais. Do ponto de vista político, observou-se o esfacelamento do poder imperial diante das pressões sofridas por militares, republicanos e elites urbanas que ensejavam exercer sua participação nas decisões políticas; socialmente, as relações econômicas e sociais sofreram impactos e a nova república anunciava seus ideais laicos e civis, contudo, para além de um novo regime, a tensão entre tradição e modernidade na sociedade brasileira estava em evidência. Tais mudanças políticas, sociais e culturais, exigiram que a educação legitimasse a nova ordem política com base no civismo e na liberdade para formar cidadãos capazes de participar da sociedade republicana, imprimindo um novo modelo para a escola. Foi necessário enfatizar discussões sobre métodos pedagógicos, currículos e a formação do professor/professor, e, em vista desse contexto, foram criadas escolas públicas e laicas, com distanciamento da religião católica e as escolas normais.

Desse modo, a feminização do magistério no Brasil, é um tema relevante que nos traz reflexões acerca do processo de institucionalização da educação em nosso país. Até este momento, o mercado educacional era dominado pela figura masculina, porém, as mulheres passaram a adentrar nesse espaço profissional que ainda era de difícil acesso por ser dominado pelos homens. Nesse contexto, a expansão das escolas normais no Brasil foi um elemento importante para a feminização do magistério, permitindo que as mulheres ocupassem os espaços de formação profissional tornando-se professoras. As escolas normais exerceram um papel relevante no processo de feminização no magistério, uma vez que foram criadas para capacitar/instruir as professoras para a educação básica, possibilitando às mulheres uma oportunidade de se profissionalizarem e terem uma carreira.

Essa era uma ideia que já havia sido vislumbrada em documentos anteriores como os pareceres que emergiram do Primeiro Congresso do Rio de Janeiro, sobre a feminização do magistério no Brasil. Esse evento trouxe debates sobre a competência das mulheres para ensinar e, ainda, sobre sua presença cada vez maior dentro das escolas. Em meio aos pareceres apresentados nesse Congresso, muitos argumentos foram favoráveis à feminização, mas também surgiram argumentos contrários ao movimento, trazendo pautas como, a capacidade de ensinar, questões sobre sua moralidade e a influência que as mulheres exerciam sobre seus estudantes. Entre as visões sobre a mulher, discutidas no Congresso, apontam a mulher não só enquanto um ser frágil, com instinto maternal e que lidava com as situações baseadas na emoção, mas ainda como pessoas capazes de ensinar e educar. Neste processo da feminização do magistério no país, algumas mudanças aconteceram, entre elas nota-se alterações no papel

social da mulher e também na expansão da educação básica, contudo, essa discussão transitava entre os conservadores e os que ensejavam um outro projeto educacional. (Nogueira et al., 2007)

Outros aspectos importantes que contribuíram para uma maior participação da mulher no mercado de trabalho foi o aumento da urbanização e da industrialização desencadeando a necessidade de mão de obra barata e, essa condição, configurou o trabalho feminino de forma desvalorizada, inferiorizada, mas que ao mesmo tempo, abriu oportunidades para a profissionalização e a carreira docente.

O processo em busca da inserção da mulher no espaço do magistério, não aconteceu de forma tranquila, pois se tratava de uma intenção política e social do final do século XIX. Aconteceram lutas por direitos, que possibilitavam à mulher ocupar tal espaço. Nesse movimento, destacam-se, “sucessivas mudanças de costumes e mentalidades acerca do trabalho feminino, que vinham na esteira do novo século, para uma sociedade que precisava de novos atores sociais para o seu desenvolvimento” (Almeida, 1998, p. 70).

O surgimento das escolas normais, veio justamente para oportunizar que essas mulheres pudessem ter instruções para exercer esse trabalho de magistério, e esse foi o início do desenvolvimento feminino em outros níveis de escolaridade. Nesse sentido, a docência em instância primária foi disseminada como um “dom” feminino, o que foi divisor de águas na feminização do magistério. Isso aconteceu, pois havia uma ideia de que a mulher tinha uma vocação natural para ensinar, principalmente na educação infantil. Com a chegada da mulher no magistério, a figura masculina foi se afastando pois ocorreu a desvalorização da profissão e os baixos salários. E para além, desse afastamento se deu, pois segundo a Igreja Católica, havia uma necessidade da moralidade no ensino primário, o que os homens não ofereciam. Já a mulher, era vista como um ser frágil e dócil, nascida para o lar e para a maternidade. A educação da mulher foi voltada para uma idealização de esposa perfeita e da mesma com muitos valores e princípios o que poderíamos da docilização da profissão. (Martins, 2009)

Como nas reflexões já apresentadas acerca da temática, entendemos ser complexo e que abrange questões históricas, culturais e sociais, é importante, que a feminização do magistério, seja entendida enquanto um fenômeno que reflete mudanças sociais e culturais da época. Fenômeno este, que continua trazendo implicações relevantes para sociedade e para educação brasileira e ainda da importância de entender todo esse contexto histórico e cultural, para que possamos compreender com mais clareza as questões atuais que estão relacionadas à educação e ao trabalho docente.

A feminização do magistério teve desdobramentos relevantes para a educação brasileira, tais como a mudança do perfil dos professores e a reformulação dos papéis de gênero na sociedade. Processo este, que contribuiu para a estruturação de uma identidade profissional docente feminina. Contudo, pode-se dizer que a compreensão da história é de suma importância para entendermos melhor questões atuais ligadas à educação e ao trabalho docente. E a partir de tantas lutas e processos importantes, podemos ainda salientar a importância de políticas que favoreçam a valorização da profissão docente e ainda da igualdade de gênero.

Para além disso, esse processo de adentramento das mulheres no fazer educativo, possibilitou repensar nas formações de professores, pois para que elas conseguissem desenvolver seu trabalho, era importante ter acesso a determinados conhecimentos, nesse sentido, no próximo tópico apresentaremos brevemente o processo de formação de professores que visava nesse momento formar essas mulheres.

3 A formação de professores no Brasil

A formação dos professores acompanha os interesses políticos, sociais, econômicos e culturais de cada período histórico, por isso, são muitos os desafios, inclusive para afirmarmos que estamos fazendo uma educação de qualidade. O que ensinamos é apresentar, historicamente, como essa formação se configurou durante o período em estudo nos possibilitando ampliar a visão de mundo de como a formação docente foi se constituindo e reverberou nos dias atuais.

Recorremos a Saviani (2009) para entender o processo da formação de professores(as) que foi se constituindo no Brasil, desde a colônia quando educação brasileira era organizada pelos jesuítas que garantiam um ensino pautado, principalmente, na catequização das pessoas, com as reformas pombalinas que ocorreram, a educação tinha outro intuito, o de permitir que as pessoas tivessem conhecimentos para além do caráter religioso, seu objetivo central era o de seguir os interesses do Estado, o que infelizmente permanece até hoje. (Saviani, 2009)

Ainda, Saviani (2009) explica que a formação de professores só aparece com a Lei das Escolas de Primeiras Letras, em 15 de outubro de 1827, quando começaram a pensar em formação de professores propriamente dito, anteriormente, havia apenas rumores dessa necessidade de formação, mas orienta-se quem tinha interesse em ser docente, ter conhecimento sobre o Ensino Mútuo, e cabia a esses realizar a formação por conta própria, no entanto isso se torna obrigatório somente com a promulgação desta lei.

É na Lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827, que essa preocupação apareceu pela primeira vez. Ao determinar que o ensino, nessas escolas, deveria ser desenvolvido pelo método mútuo, a referida lei estipula no artigo

4º que os professores deverão ser treinados nesse método, às próprias custas, nas capitais das respectivas províncias. Portanto, está colocada aí a exigência de preparo didático, embora não se faça referência propriamente à questão pedagógica. (Saviani, 2009, p.144)

Antes da referida Lei o ensino era ofertado por qualquer pessoa que dispunha de conhecimentos, não tinha orientações sobre o que ensinar para as crianças, por mais que no início, se tentou uma formação específica que pensava o processo, viu-se que o mais apropriado era aprender o conteúdo a ser repassado. Mas essa formação era oferecida por quem? Por meio de Escolas Normais, que perdurou durante muitos anos no Brasil. (Saviani, 2009)

É importante abordar que o conhecimento a ser ensinado naquele período,

[...] enfatizavam o ensino da leitura, o ensino rudimentar da aritmética e, sobretudo, o domínio do método criado por Joseph Lancaster, que consistia num sistema de monitoria no qual os alunos mais aplicados lecionavam para os alunos iniciantes, ou com problemas de aprendizagem, todos regidos por uma disciplina rígida e respeito à hierarquia escolar. (Ribeiro, 2015, p.16)

Exigia-se dos sujeitos aprendentes, obediência sob a ameaça de castigos severos para quem descumprisse qualquer que fosse a hierarquia presente nos espaços de ensino. A figura do professor continuou sendo muito importante, por mais que houvesse monitores em sala, os docentes faziam a fiscalização da aprendizagem e de tudo o que se ensinava havendo necessidade de respeitar essa hierarquia no ambiente escolar.

Sobre essa hierarquia, a autora ainda explica que

O Método pressupunha uma rigorosa disciplina, imposição de regras, e distribuição hierarquizada dos alunos sentados em bancos dispostos num salão amplo. O professor concentrava-se num local mais alto, de onde fiscalizava os alunos, e orientava os trabalhos dos monitores. A disciplina escolar nesse método era estimulada a competição entre os alunos. Ser auxiliar do professor, isto é, ser monitor, conferia prestígio aos alunos. (Ribeiro, 2015, p.16)

O professor ficava em um local superior e os monitores e alunos na parte de baixo. Além disso, vimos no trecho acima citado que havia o incentivo de competição, pois todos desejavam ser o monitor da turma, para tanto, era necessário mostrar competência e disciplina. Esse modelo a qual nos referimos contribuiu posteriormente para as já citadas escolas normais, que tinha enquanto proposta formar as professoras para conduzir o processo de aprendizagem dos alunos.

Viu-se a necessidade de pensar em outras formas de construir o processo educativo, uma vez que o ensino mútuo não possibilitaria realizar o que tinham enquanto interesse que era estender educação para todo o Brasil, e só seria possível essa efetivação se tivessem pessoas

aptas para isso. Vale destacar que a inserção da mulher no processo de escolarização foi acompanhada por algum tipo de formação advindo das escolas normais.

A criação das escolas normais no Brasil pensadas para estruturar a formação de professoras primárias, teve grande importância dentro do contexto educacional brasileiro. Elas foram criadas no Império, período no qual somente o governo central possuía o controle sobre as escolas superiores, e em contrapartida, as províncias, cada uma das grandes divisões administrativas, que era governada por um presidente e eram responsáveis pela criação das escolas normais (Martins, 2009).

Destaca-se ainda que a formação de professoras no Brasil foi pensada de acordo com o projeto de nação que se desejava construir, sendo assim, ultrapassa a questão da feminização em si, por mais que tenha sido um momento em que houve progresso para as mulheres com possibilidade de se profissionalizarem e atuarem no mercado de trabalho, esse não era o interesse primordial. Essa questão será melhor explorada no tópico a seguir, onde abordaremos a respeito da expansão das escolas normais.

4 A expansão das escolas normais no Brasil

O processo de expansão das escolas normais apresentou alguns pontos relevantes que impactaram suas atividades. É notável a diferença existente entre o ensino voltado para os meninos e aquele destinado às meninas. Nesse sentido, o ensino voltado às meninas, de modo geral, reforçava a ideia de obediência, doçura e respeito, buscando uma aproximação com o ideário do lar e, conseqüentemente, oferecendo disciplinas diferentes para as mulheres.

Enquanto aos meninos eram oferecidas disciplinas como geometria, às meninas cabia o aprendizado do bordado. Havia ainda o discurso de que a mulher era intelectualmente inferior e, ao final do século XIX, recebia da sociedade a incumbência de moralizar e ser mãe, pois se acreditava que possuía maior capacidade afetiva do que intelectual. Essa identidade era construída a partir de um parâmetro cultural. Nesse sentido,

Sabe-se que a mulher tem mais facilidade, mais jeito de transmitir aos meninos os conhecimentos que lhes devem ser comunicados. Maneiras menos rudes e secas, mais afáveis e atraentes que os mestres, aos quais incontestavelmente vence em paciência, doçura e bondade. Nela predominam os instintos maternos e ninguém como ela possui o segredo de cativar a atenção de seus travessos e inquietos ouvintes, sabendo conseguir que as lições, em vez de tarefa aborrecida, tornem-se-lhes como uma diversão, um brinco. Sim a escola já não é para os meninos um lugar de aborrecimento. [...] A mestra lembra-lhes a mãe, e afinal pensam os pequenos traquinas, é preciso aprender a lição porque a mestra é boa e é preciso proceder bem para que ela não se zangue e ralhe. (Nogueira, 1884. p. 3).

Havia o domínio das ideias impostas pelos comandos das autoridades do período acerca do profissional da educação e ainda do espaço escolar. E dentro desses espaços escolares é perceptível notar a construção e reprodução dos discursos. Vale ressaltar a noção que se tinha das mulheres, serem mais tranquilas para construir os conhecimentos com as crianças.

Esse contexto nos remete às escolas graduadas, materializadas em forma de grupo escolar que contribuíram de forma significativa para pensar a educação, sobretudo, das elites. Apenas quem tinha condições conseguiam estudar nessas escolas, organizadas de forma seriada, e que em uma mesma escola era separado o espaço para os meninos e para as meninas, a coeducação; o conhecimento ofertado para as meninas era voltado para saberes domésticos e para os meninos, os saberes matemáticos (Saviani, 2004). Nesse sentido, a formação de professoras não poderia ser a mesma, e neste ponto, expandiram-se as escolas normais.

O processo de criação das escolas normais, ocupou um espaço de grande importância tanto na formação de professores, quanto na da educação feminina no país. Neste momento, as mulheres passam a ter a oportunidade de se edificar enquanto profissionais o que é considerado uma ascensão à época, permitindo que trabalhassem em outro espaço que não fosse o seu lar e ainda trouxesse a possibilidade de uma realização profissional.

Quando falamos em escolas normais, refletimos acerca da sua contribuição para a democratização do ensino feminino e também para a formação de professores no Brasil. Fato que colaborou para uma transformação social e cultural do país. A primeira escola normal do país, foi criada na Província do Rio de Janeiro, no ano de 1835. Essas instituições normais, trouxeram como objetivo a formação do professor para a escola primária, a princípio apresentavam currículos simples, voltados para atividades como, ler, escrever, aritmética e geografia. (Martins, 2009)

O desenvolvimento da escola normal, tirou a escola enquanto algo isolado e possibilitou uma melhor organização do ensino, de modo mais eficaz. A reorganização do ensino primário, criou uma estrutura curricular mais consistente, como aponta Saviani (2009, p.145) “A reforma foi marcada por dois vetores: enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e ênfase nos exercícios práticos de ensino[...]” e isso contribuiu na definição de objetivos na educação primária. Toda essa movimentação dentro do âmbito educacional.

Segundo Martins (2009) no âmbito político no século XIX o desenvolvimento da construção dos Estados Nacionais, fez-se necessário a criação de um sistema educacional que pudesse normalizar, regular e dominar a difusão da instrução. Uma disputa entre conservadores e progressistas, para a efetivação de um sistema educacional.

O currículo, se baseava no estudo tradicional, pautado na literatura, na filosofia e nas línguas antigas. A educação nessa perspectiva, apontava a disciplina e o autoritarismo, visando a obediência e o respeito à autoridade. Em contrapartida, a visão progressista, defendia ideais que traziam a educação, enquanto uma possibilidade de mudança, um instrumento para alavancar mudanças sociais e políticas, como o acesso à educação, um currículo que pudesse preparar os alunos para o trabalho, para a vida na prática. Formando deste modo, cidadãos com autonomia e liberdade, e que praticassem o pensamento crítico. Nesse viés, refletia-se com os debates da época, o papel da educação na sociedade brasileira (Saviani, 2008).

De acordo com Martins (2009) na república brasileira, que se iniciou no final do século XIX, houve a inquietação com relação a formação do professor, e que se dividia entre dois pontos, a apreensão com relação a profissionalização e a formação da moralidade das pessoas que pretendiam ocupar os espaços voltados para o ensino, o professor. Nas discussões das novas reformas educacionais giravam em torno da busca por um profissional que correspondesse aos novos princípios de urbanidade, que passasse pela ideia de homem moderno e civilizado.

Atualmente a luta em busca da democracia permanece e para os profissionais que atuam no âmbito educacional, o engessamento dentro das instituições escolares os limitam a pensar um ensino problematizador que contribua para desvelar a realidade e compreendê-la em suas várias dimensões.

5 As escolas normais no Brasil: análise das publicações na base dados Capes (2005-2025)

Para aprofundamento da temática proposta, mapeamos as publicações sobre escolas normais por meio da coleta de dados no site da Capes Periódicos (Portal de Periódicos da Capes) utilizando os descritores: Escola normal e feminização, Formação de professores e escola normal, considerando o recorte temporal que abarcou de 2005 a 2025, vinte anos nos quais a pós-graduação expandiu suas pesquisas sobre a temática, em especial, no campo da História da Educação Brasileira, por meio da criação de novas linhas de pesquisa. (Lobato et al., 2023). Desse levantamento, selecionamos por meio de leitura prévia dos resumos, 6 artigos, pois eles se relacionam com a temática que nos propusemos refletir, conforme Quadro I contendo os títulos da obra, os autores/as, ano e o tipo do documento.

Quadro I – Artigos publicados de 2005 a 2025

Título da obra	Autores/as	Ano	Tipo	Endereço eletrônico
O Modelo de Professora Primária na Trajetória Docente de Maria Salete van der Poel	Luziel Augusto da Silva; Jean Carlo de Carvalho Costa; Ana Paula Romão de Souza Ferreira	2023	Artigo	https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/10244/9325
Quem tem saudades da "Escola normal"?	Marília Claret Geraes Duran; Jane Soares de Almeida	2010	Artigo	https://uninove.emnuvens.com.br/eccos/article/view/2329/1806
A função social da Escola Normal no tempo presente	Bruno Gawryszewski; Thiago Hastenreiter	2022	Artigo	https://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/78305
Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX	Angela Maria Souza Martins	2009	Artigo	https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639621/7189
A feminização do magistério: o lugar da mulher como professora no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	Michelle Castro Lima	2020	Artigo	http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981416X2020000401706
O cenário da cultura e das práticas escolares na escola normal (1946-1971): Contribuições	Maria do Horto Machado Camponogara;	2021	Artigo	https://rsdjournal.org/rsd/article/view/16985/15281

para a formação de professoras	Alessandro Carvalho Bica; Vitor Garcia Stoll			
--------------------------------	---	--	--	--

FONTE: Dados organizados pelos autores com base nos dados encontrados na Capes periódicos.

Observa-se, no Quadro I, as obras encontradas na Capes periódicos, que apresentam diferentes momentos sobre as escolas normais, o que evidencia a força que elas tiveram ao longo do período que se fez presente. Em relação ao período de pesquisa, essa diversidade de momentos nos permite um enriquecimento de conhecimentos acerca da temática.

Na obra intitulada “O Modelo de Professora Primária na Trajetória Docente de Maria Salete van der Poel” os autores buscaram “analisar o modelo de professora idealizado pela Escola Normal nas décadas de 1940 e 1950 por meio da trajetória docente da professora Maria Salete van der Poel, que atuou no Ensino Primário na década de 1950.” E também no artigo intitulado por “Quem tem saudades da “Escola normal”?”, cujo objetivo era destacar “alguns dos princípios norteadores e das propostas que se articularam com o entorno do chamado “Curso Normal”, na qual traz os aspectos políticos, sociais e históricos o desde século XIX. Nestes artigos a escola normal é abordada enquanto uma alternativa para que as meninas pudessem estudar, pois até então, somente os meninos tinham esse direito, e para tanto, emergiu a necessidade de ter professoras instruídas.

E essa foi uma das alternativas para que elas conseguissem acessar determinados conhecimentos que até então não era possível, sobretudo, porque antes da criação das escolas normais, essas mulheres tinham duas possibilidades de destino: a de ser a “recatada do lar” ou a prostituta, como Silva et.al (2023, p. 7 – 8) explica ,

Essa concepção/representação de gênero –feminino –estava baseada nos costumes vitorianos, os quais colocavam a mulher em dois níveis da fronteira social, a do âmbito privado e religioso –mãe, filha e esposa –e do âmbito público –louca, prostituta e solteira, sem marido e sem família. Desse modo, a inserção das mulheres solteiras na Escola Normal e no magistério, aos poucos, foi contribuindo para a desconstrução da imagem da mulher solteira, sedutora e pecadora e construindo uma imagem de mulher santa, religiosa e bondosa que poderia substituir a imagem da mãe na sala de aula.

Desse modo, vislumbra-se nas escolas normais a possibilidade de as mulheres serem entendidas enquanto sujeitas capazes de atuar em sala de aula, pois havia proximidade à imagem de mãe. Então, nesse momento, construiu-se a ideia de uma mulher bondosa, cuidadosa, com a oportunidade de atuar no espaço escolar como única alternativa extra familiar para as mulheres trabalharem.

De acordo com Duran e Almeida (2010, p.73) “A “Escola Normal” surgiu como uma alternativa para a instrução feminina. Contudo, ainda no Império, a educação das moças de melhor poder aquisitivo acontecia no interior das residências, nas cidades, ou nas casas grandes das fazendas, sob a responsabilidade dos pais ou de professores. As autoras apontam uma questão interessante para se pensar a educação. Os processos formativos para as pessoas que tinham condições financeiras melhores já eram possibilitados em suas casas, diferente das mulheres pobres que não conseguiam ter acesso a essas instruções, uma vez que as demandas eram outras, sobretudo, de sobrevivência. Ambas as obras citadas anteriormente nos permitem reafirmar a intenção de se fazer escolas normais, como uma alternativa de possibilitar as mulheres outras alternativas de vida, nas quais elas deixariam de exercer funções exclusivas em seus lares para atuarem no mercado de trabalho também.

Já evidenciamos que a criação das escolas normais perpassa a necessidade de mais pessoas serem instruídas, mas, essa demanda era social e não apenas das mulheres que almejavam outros futuros para as suas vidas; era mais que isso, era uma intenção. No artigo intitulado por “A função social da Escola Normal no tempo presente”, que teve enquanto objetivo “compreender a função social da Escola Normal no tempo presente” e que traz um recorte de meados do século XIX, há uma passagem que nos permite abordar esse aspecto apontado aqui, em que os autores apresentam que

A formação do Estado brasileiro possui uma ligação estreita com a fundação das primeiras escolas normais ainda no século XIX e com a influência da igreja católica desde as missões jesuíticas., Como não poderia deixar de ser, as escolas foram (e são) parte de um projeto de sociedade em um país periférico e dependente. Ao mesmo tempo que foram pensadas para uma estratégia de controle social, as escolas normais carregam as contradições da sociedade de classe e a missão de formar professoras e professores. Ou seja, a disputa de projetos societários que são parte inerente das instituições educacionais, acaba sendo potencializada nas escolas da modalidade normal justamente porque cabe a elas a função social e a responsabilidade de formar docentes que educarão diferentes gerações de crianças e jovens.(GAWRYSZEWSKI; HASTENREITER , 2022, p.459)

E também no artigo intitulado por “Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX“, cujo objetivo foi investigar “ [...] o

processo de instituição das Escolas Normais brasileiras, no século XIX.” Martins (2009, p.174) afirma que

As Escolas Normais, desde o momento de sua institucionalização, foram importantes ‘agências’ na mediação da cultura, ou melhor, instâncias responsáveis pela divulgação do saber, das normas e técnicas necessárias à formação dos professores. Consideramos a Escola Normal um ‘ethos’ que elabora uma cultura pedagógica para a formação do professor.

Desse modo, os autores se complementam ao afirmarem que houve a institucionalização na qual permitiu que os professores e professoras se formassem por meio da disseminação do saber, de normas e técnicas e, sendo assim, o ensino pensado pelas escolas normais, segue um viés de controle social, não foi meramente pensando no bem da sociedade, mas sim para fazer com que os docentes adquirissem conhecimentos que domesticariam toda uma geração.

Em síntese, os dois artigos nos possibilitam refletir acerca da perpetuação das escolas normais, um deles se preocupa em trabalhar a escola normal no tempo atual e a outro explicita o início dessas escolas, e esse processo nos leva a entender que aquele modelo de escola ainda se faz presente atualmente, por meio de vestígios que estão enraizados nas instituições de ensino.

Em suas singularidades, havia uma escola para as meninas e outra para os meninos que apresentava um currículo voltado para leitura e saberes matemáticos, como se expressa a seguir.

Aliás, mecanismos de exclusão refletiam-se mesmo na escola primária, onde o currículo para o sexo feminino era mais reduzido e diferenciado, contemplando o domínio de trabalhos domésticos. Nos anos finais do Império, as escolas normais foram sendo abertas às mulheres, nelas predominando progressivamente a frequência feminina e introduzindo-se em algumas a coeducação. (Tanuri, 1979, p. 41; Siqueira, 1999, p. 220-221).(apud Tanuri, 2000, p.66)

Como afirma a autora, as condições de ensino eram voltadas para questões práticas do cotidiano doméstico e de leitura, “Por exemplo, na Escola Normal, as normalistas cursavam todas as disciplinas do currículo destinado aos meninos. Com exceção da álgebra e da geometria avançada, era permitido apenas o ensino de geometria elementar”(Silva et al., 2023, p.8), ou seja, a preocupação não era em refletir sobre a situação em que essas mulheres se encontravam naquele momento e sim de reafirmar o seu papel na sociedade, o de ser submissa e realizar atividades que eram consideradas femininas. Mas não só isso, o adentramento das mulheres na educação, se relaciona com a sua figura de mãe, de cuidar dos seus filhos. Neste caso, as professoras deveriam desempenhar o papel de cuidadora das crianças.

Também é fundamental registrar que a questão salarial, com baixos salários tornou a profissão docente desinteressante para os homens. “[...] o magistério feminino apresentava-se

como solução para o problema de mão-de-obra para a escola primária, pouco procurada pelo elemento masculino em vista da reduzida remuneração.” (Tanuri, 2000, p.66). Essa questão nos leva às obras: i) “A feminização do magistério: o lugar da mulher como professora no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba” cujo objetivo foi analisar a formação de professoras da Escola Normal e do Magistério e a relação entre a feminização e o exercício do magistério a partir da análise de 15 dissertações e 5 teses que abordam a formação de professores para atuar na alfabetização no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período de 1946 a 1979”; ii) “O cenário da cultura e das práticas escolares na escola normal (1946-1971): contribuições para a formação de professoras”, com o objetivo de investigar que práticas escolares permearam a Escola Normal e a cultura dessa instituição educacional, no cenário sócio-histórico brasileiro, no período de 1946 a 1971.”

Ambas as pesquisas se aproximam em relação ao período de estudo, dialogam sobre a formação das professoras e suas implicações na profissão. É importante trazer esses aspectos pois nos ajudam a pensar a forma com que a profissão foi sendo construída, seus avanços e desafios enfrentados ao decorrer deste tempo, como a desvalorização salarial, a falta de investimento e desprestígio da profissão.

Sobre as questões apresentadas, Lima (2020, p.1712) traz contribuições em seu texto acerca da feminização do magistério e a desvalorização salarial, explica que o perfil da mulher era mais apropriado para atender o público feminino, uma vez que ser professora, na relação com seu alunas daria continuidade à missão materna,

Os homens afastaram-se do magistério primário devido à desvalorização da área e aos baixos salários, bem como pela influência da Igreja Católica, que apresentava impedimentos morais para a atuação masculina no ensino primário, enquanto enaltecia o papel da mulher nessa função com base na ideia de vocação e de extensão da maternidade. Neste contexto, era necessário formar professoras para instruir no ensino primário. Esse movimento culminou na feminização do setor.

Como vimos, a questão das mulheres no ensino traz em si uma situação precária e complexa, e quando pensamos na desigualdade entre as mulheres e homens que permanecem até hoje, entendemos que esse processo se fez ao decorrer da história e ultrapassa as questões educacionais. Mas vale lembrar, que por mais que as mulheres tivessem em situação de vulnerabilidade, pensando em relação ao trabalho que começavam a desempenhar nas escolas, elas tinham o desejo de ocupar esses espaços para além do doméstico, ou seja, era uma oportunidade de ter acesso à outras frentes de trabalho.

A respeito do ensino ofertado no contexto a que nos referimos os autores Camponogara et al (2021, p.9) que debruçaram a pesquisar entre 1946-1971 e explicitam que,

O ensino, inicialmente, era ofertado para uma classe social: a elite. Aos poucos, os bancos escolares dessa instituição foram sendo ocupados pela pequena burguesia. Quando o povo (das classes sociais mais baixas da sociedade brasileira) começou a invadir esse espaço e o Estado a abrir Escolas Normais Públicas, não houve interesse das políticas governamentais brasileiras em investimento necessário nesse setor e as instituições religiosas abriram mão desse segmento, imprimindo o declínio da Escola Normal, essa instância tradicional de socialização, que formava as Normalistas –professoras primárias brasileiras.

Sendo assim, como coloca Camponogara (2021) quando se expandiu as escolas normais para as pessoas mais pobres, não houve interesse por parte do poder público em investir dinheiro para que essas mulheres pudessem estudar, o que ocasionou nos desafios de se dar continuidade a essas escolas. Isso impactou fortemente a queda dessas instituições. É importante pensar que para que se tenha um ensino voltado para as pessoas de forma pública, o investimento se faz necessário para suprir as demandas existentes nesse processo, uma vez que as mulheres necessitava ter acesso ao ensino para se formarem e atuarem no mercado de trabalho.

Como vimos neste tópico, as mulheres encontraram nas escolas normais uma possibilidade de viver de outra forma na sociedade, já que, até então, a única alternativa era permanecer no lar. Assim, as escolas normais assumiram, em certa medida, o papel de “salvadoras” dessas mulheres. Ainda que essas instituições tenham sido criadas como uma forma de controle social, elas proporcionaram a oportunidade de um futuro melhor para muitas mulheres. Ressalta-se a necessidade de repensar as questões relacionadas às instituições públicas. Foi possível observar que, ainda hoje, existe uma carência de investimentos nesse setor educacional. Embora muitos avanços sejam evidentes, o reconhecimento efetivo da profissão docente ainda não se concretizou.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo apresentar discussões que se articulam e explicam possíveis tensões, nexos e disputas políticas ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX, as quais contribuíram para a conformação do projeto de nação desse período. Considera-se que tal objetivo foi alcançado, uma vez que, ao longo deste estudo, foram abordados aspectos relevantes que marcam a história da educação brasileira, especialmente no que se refere à feminização da profissão docente.

Inicialmente, buscou-se apresentar questões relacionadas à primeira República, situando o processo de feminização do magistério no Brasil. Verificou-se que esse processo não ocorreu de maneira simples, pois sua efetivação esteve associada à necessidade do Estado em

construir um novo projeto de sociedade, o qual seria viabilizado por meio da disseminação de saberes e valores, tarefa que foi atribuída, em grande medida, às mulheres.

No que tange à formação de professores, as escolas normais desempenharam um papel fundamental no cenário educacional brasileiro. O modelo de Ensino Mútuo, amplamente utilizado à época, configurou-se como uma estratégia pedagógica que possibilitou repensar as formas de ensinar. Seus vestígios podem ser observados ainda hoje nas práticas de monitoria presentes nos cursos de graduação, em que estudantes auxiliam docentes na resolução de dúvidas, na correção de atividades e em outras tarefas pedagógicas.

Quanto à expansão das escolas normais no Brasil, observou-se que sua criação remonta ao período imperial. Em um primeiro momento, essas instituições atendiam prioritariamente à formação masculina; entretanto, com o passar do tempo, verificou-se a inserção feminina e a consequente ampliação dessas escolas pelo território nacional. Tal movimento estava vinculado ao projeto de nação em construção, que exigia a formação de um número maior de professoras e professores para a consolidação do sistema educacional.

A análise dos artigos encontrados na plataforma Periódicos Capes permitiu refletir sobre o processo de feminização do magistério e compreender que se tratou de uma trajetória marcada por lutas e resistências. Para as mulheres, o ingresso nas escolas normais representava a possibilidade de romper com a exclusividade das funções domésticas, assumindo novas identidades sociais e profissionais. Apesar dos desafios enfrentados ao longo da história, essas instituições simbolizaram um avanço significativo na conquista de espaços e direitos femininos.

Em síntese, embora importantes transformações tenham ocorrido no que se refere à feminização da profissão docente, a igualdade entre homens e mulheres ainda não foi plenamente alcançada. Persistem desafios quanto à valorização profissional, à equiparação salarial e ao reconhecimento social da docência como carreira digna e essencial para o desenvolvimento da sociedade. Faz-se, portanto, necessário continuar promovendo políticas e ações que garantam condições equitativas de trabalho e ampliem as possibilidades de existência e de emancipação das mulheres.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

CAMPONOGARA, Maria do Horto Machado; BICA, Alessandro Carvalho; STOLL, Vitor Garcia. O cenário da cultura e das práticas escolares na escola normal (1946-1971): Contribuições para a formação de professoras. *RSD Journal*, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/16985/15281>. Acesso em: 5 set. 2025.

DURAN, Marília Claret Geraes; ALMEIDA, Jane Soares de. Quem tem saudades da "Escola normal"? *ECCOS – Estudos Científicos de Educação*, 2010. Disponível em: <https://uninove.emnuvens.com.br/eccos/article/view/2329/1806>. Acesso em: 5 set. 2025.

GAWRYSZEWSKI, Bruno; HASTENREITER, Thiago. A função social da Escola Normal no tempo presente. *Labor: Revista de Educação e Sociedade*, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/78305>. Acesso em: 5 out. 2025.

LIMA, Michelle Castro. A feminização do magistério: o lugar da mulher como professora no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. *Publicações da Faculdade de Educação da Unicamp*, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416x2020000401706. Acesso em: 1 out. 2025.

LOBATO, Vivian Silva; COSTA, Renato Pinheiro; ROSÁRIO, Maria José Aviz. A linha de História da Educação nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 39, p. e87494, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/87494>. Acesso em: 27 set. 2025

MARTINS, Angela Maria Souza. Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. *História da Educação Brasileira*, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639621/7189>. Acesso em: 1 out. 2025.

NOGUEIRA, Juliana Keller; SCHELBAUER, Analete Regina. Feminização do magistério no Brasil: o que relatam os pareceres do primeiro Congresso da Instrução do Rio de Janeiro. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 27, p. 78-94, set. 2007. ISSN 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5003/art07_27.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2025.

NOGUEIRA, Maria Theresa Alves. Organização do ensino secundário para o sexo feminino. In: CONGRESSO DE INSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 15., 1884, Rio de Janeiro. Atas e pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

RIBEIRO, Márcen de Pádua. História da formação de professores no Brasil colônia e império: um resgate histórico. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 410-434, mai./ago. 2015. ISSN 1984-6150. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5635>. Acesso em: 29 set. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 7 de maio de 2025.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 5).

SILVA, Luziel Augusto da; COSTA, Jean Carlo de Carvalho; FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. O Modelo de Professora Primária na Trajetória Docente de Maria Salete van der Poel. **Revista da Educação**, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/10244/9325>. Acesso em: 8 set. 2025.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 14, p. 61-88, maio/junho/julho/agosto 2000. ISSN 1413-2478. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/>. Acesso em: 7 de maio de 2025.